



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639030 - SC (2021/0004138-6)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : HENRIQUE FALCHETTI DA SILVA
ADVOGADO : HENRIQUE FALCHETTI DA SILVA - SC033194
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : LUCIANO QUIRINO ALVES (PRESO)
CORRÉU : TIAGO NECKE LEITE
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCIANO QUIRINO ALVES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5037939-85.2020.8.24.0000).

O paciente foi preso em flagrante como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

O impetrante sustenta a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar do paciente, reputando não atendidos os requisitos necessários para a manutenção da custódia.

Defende que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Argumenta que, caso condenado, fará jus à aplicação da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas, razão pela qual "a medida se demonstra mais gravosa que a própria pena a ser futuramente aplicada" (fl. 7).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva da paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente